



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

PROCESSO	: 24570/2015
PRINCIPAL	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ	: 03.535.606/0001-10
ASSUNTO	: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2015 - RELATÓRIO CONCLUSIVO
GESTORES	: ORLANDO DE ALMEIDA PERRI – 01/01/2015 A 01/02/2015 PAULO DA CUNHA – 02/02/2015 A 31/12/2015
RELATOR	: CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO
EQUIPE	: OZIEL MARTINS DA SILVA - AUDITOR PÚBLICO EXTERNO ELIANE SILVIA GRISÓLIA – TÉCNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO

Excelentíssimo Conselheiro Relator:

Em cumprimento ao artigo 189 da Resolução nº 014/2007 e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, retornam os autos para análise dos documentos e alegações de defesa apresentados pelos responsáveis pelas irregularidades apontadas no Relatório_Técnico_24570_2015_01 (Documento Digital 73165-2016), conforme ofícios de citação e termos de recebimento.

Os agentes públicos/responsáveis apresentaram documentos e alegações que foram protocoladas neste Tribunal conforme seguinte Demonstrativo:

Protocolo	Responsável	Cargo/Função
106429/2016 e 113808/2016	Desembargador Paulo da Cunha	Presidente
102229/2016 e 112399/2016	Roberto Cyríaco da Silva	Fiscal de Contrato
107506/2016 e 107620/2016	Afonso Vitorino Maciel	Fiscal de Contrato
107670/2016	João Luiz Bettini de Albuquerque Lins	Fiscal de Contrato
112399/2016	Gérson Luis de Figueiredo	Chefe da Divisão de Transportes/Fiscal de Contrato



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Considerações Preliminares

O Desembargador Presidente Paulo da Cunha mencionou em sua manifestação de defesa que a Equipe de Auditoria apontou no Relatório Preliminar de Auditoria achados que estariam vinculados à unidade orçamentária Fundo de Apoio ao Judiciário - FUNAJURIS - e não à unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Assevera que é a hipótese dos achados 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, e 3.1, conforme notas de empenho e registros de receita orçamentária dos respectivos contratos, ata de registro de preços e termo de permissão de uso a que faz referência o Relatório Técnico de Auditoria.

Não obstante, pondera o Desembargador Presidente que, tendo em vista a análise conjunta feita pela equipe de Auditoria, passará a fazer a defesa também conjunta em relação a todas as irregularidades apontadas no Relatório Técnico da 5ª SECEX, a fim de demonstrar ao Tribunal de Contas a inexistência das condutas omissivas imputadas a este gestor.

A Equipe de Auditoria evidenciou a dificuldade em separar assuntos relativos ao Tribunal de Justiça dos relativos ao FUNAJURIS.

De acordo com a própria ponderação do Desembargador Presidente, a Equipe de Auditoria fará a análise dos achados de auditoria conforme apontamentos nos respectivos Relatórios Preliminares de Auditoria.

A seguir, analisar-se-á as defesas apresentadas pela respectiva ordem das irregularidades/impropriedades e responsáveis.



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Responsável: Desembargador Paulo da Cunha - Presidente

1. GB 01. Licitação_Grave_01. Não realização de processo licitatório ou formalização de dispensa ou inexigibilidade nos casos previstos na Lei de Licitações (art. 37, XXI, da Constituição Federal; arts. 2º, caput, 89 da Lei nº 8.666/1993):

1.1. Ausência de licitação, dispensa ou inexigibilidade para concessão de espaço ao Banco do Brasil (Item 6.3.5.1);

Síntese da Defesa

Afirma o Desembargador Presidente que o apontamento não deve lhe ser imputado, pois todos os procedimentos, e até mesmo a ocupação dos espaços, foram realizados em gestões anteriores.

Afirma que desde a sua posse, não atuou em nenhum procedimento ou contrato relativo à matéria. Que compulsando os autos do Contrato n. 34/2013, verifica-se que o processo foi concluso à análise do atual Presidente, pela primeira vez, em 09/05/2016, a pedido (fl. 351 do Contrato n. 34/2013).

Sendo assim, salienta que somente teve ciência dos fatos ora imputados após o recebimento da citação acerca do conteúdo do Relatório Técnico sobre as Contas Anuais de Gestão do exercício de 2015, quando, então, determinou que lhe fossem remetidos os autos relativos à cessão de espaço ao Banco do Brasil.

Afirma que de posse dos autos - pela primeira vez em toda a gestão -, determinou, imediatamente, a regularização da situação apontada no Relatório de Auditoria, conforme cópia de decisão que instrui a presente resposta.

Nessa senda, crendo na consciência deste Tribunal de Contas de que o gestor público não é dotado de onisciência - e que no caso concreto nunca fora informado sobre a existência, regularidade ou irregularidade das cessões de espaço em questão, requer o afastamento de sua responsabilização.

A par disso, a título de cautela, analisando o mérito das imputações, entende ser improcedente o achado no que se refere à ausência de procedimento de licitação, dispensa e inexigibilidade para a cessão de espaço ao Banco do Brasil S.A.

Assevera que analisando os autos do Contrato n. 34/2013, inicialmente autuado como Processo Administrativo n. 81/2013, constata-se que na gestão 2013/2014 fora realizado regular procedimento, do qual resultou na inexigibilidade de licitação para cessão de 02 (duas) áreas ao Banco do Brasil S.A., sendo apresentados neste instante como comprovação dos fatos os seguintes documentos:

- a)** Termo de Referência n. 001/2013, subscrito pelo então Coordenador de Infraestrutura do TJMT, Sr. Roberto Ciryano da Silva;
- b)** Decisões proferidas pelo então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Orlando de Almeida Perri, reconhecendo a conveniência e oportunidade, bem com autorizando a realização da cessão dos espaços;
- c)** Pareceres da Assessoria Técnico Jurídica acerca da inexigibilidade e da aprovação de minuta de contrato; e
- d)** Extrato de publicação da inexigibilidade para cessão de espaço no D.O.E n. 26106, de 12/08/2013.

Dessa forma, requer o afastamento do apontamento.

Análise da Defesa

Os documentos mencionados pelo Desembargador Presidente, acostados aos presentes autos às páginas 66 a 76, do Malote_Digital_106429_2016_01 (Documento Digital 92624-2016), comprovam que houve o regular procedimento de inexigibilidade de licitação, formalizado no exercício de 2013, tendo o Extrato do procedimento de inexigibilidade para cessão de espaço pelo Banco do Brasil publicado no Diário Oficial do Estado n. 26106, de 12/08/2013.

Dessa forma, declina-se do apontamento

1.2. Não foi realizado, ou não foi apresentado à equipe de auditoria, o processo de inexigibilidade de licitação, referente ao Termo de Permissão de Uso 01/2015, firmado com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso – CREDIJUD (**Item 6.3.5.2**);

Síntese da Defesa

Afirma o Desembargador Presidente que não ocorreu omissão, uma vez que foi realizado procedimento de inexigibilidade de licitação, em estrita observância à lei de regência.

Assevera que o que ocorreu na espécie foi uma sucessão de termos de permissão, sem a abertura de novos autos - processo específico - para a celebração do novo termo de permissão (Termo de Permissão de Uso n. 1/2015). Contudo, todos os procedimentos necessários à realização da inexigibilidade de licitação foram adotados nos autos do Termo de Permissão de Uso n. 1/2010.

Relata que nos autos do Termo de Permissão de Uso n. 1/2010 foi informado pela Coordenadoria Administrativa, antes do encerramento de sua vigência, a impossibilidade da prorrogação de vigência, com o atingimento do período de 60 (sessenta) meses.

Assim, a Coordenadoria de Infraestrutura, sem autuar outro processo administrativo, mas adotando os procedimentos de praxe, solicitou a celebração de novo termo de permissão de uso ao CREDIJUDI, colhendo manifestação de interesse da permissionária e submetendo os autos à Assessoria Técnico Jurídica de Licitação.

A Assessoria Técnico Jurídica de Licitação emitiu o Parecer n. 209/2015/ATJL, manifestando-se pela possibilidade de concessão de espaço ao CREDIJUDI, por inexigibilidade de licitação, sugerindo, ainda, a abertura de novos autos com traslado das peças essenciais.



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Afirma que, acolhendo parecer da Assessoria Técnico Jurídica de Licitação, autorizou a celebração de novo termo de permissão de uso com a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25 da Lei n. 8.666/93.

Na sequência, foi devidamente lavrado o Termo de Permissão de Uso n. 1/2015, com a abertura de novos autos, além da publicação da inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, como determina o artigo 26 da Lei n. 8.666/93.

Conclui que, apesar de não ter sido realizada a autuação em um primeiro momento de autos específicos, houve o regular processo de inexigibilidade de licitação, como etapa prévia à celebração do Termo de Permissão de Uso n. 1/2015.

Sendo assim, requer o acolhimento da defesa, com o afastamento do achado em questão.

Análise da Defesa

Os documentos mencionados pelo Desembargador Presidente, acostados aos presentes autos às páginas 111 a 133, do Malote_Digital_106429_2016_02 (Documento Digital 92625-2016), comprovam que houve o regular procedimento de inexigibilidade de licitação, formalizado no exercício de 2015, tendo o Extrato do procedimento de inexigibilidade referente ao Termo de Permissão de Uso 01/2015, firmado com a CREDIJUD publicado no Diário Oficial do Estado n. 26534, de 14/05/2015.

Apontamento sanado.

2. HB 99. Contrato_Grave_99. Irregularidades referentes a Contrato, não contempladas em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

2.1. Não formalização de contrato ou instrumento congênere, referente à cessão de 02 espaços para o Banco do Brasil, um na sede do Órgão e outro no Fórum da Capital, para instalação de posto bancário com escopo de recebimento de custas processuais (art. 62 da Lei Federal 8666/93) **(Item 6.4.5.);**

Síntese da Defesa

A manifestação acerca deste apontamento fora efetuada de forma conjunta com o Item 1.1.

Afirma o Desembargador Presidente que o apontamento não deve lhe ser imputado, pois todos os procedimentos, e até mesmo a ocupação dos espaços, foram realizados em gestões anteriores.

Afirma que desde a sua posse, não atuou em nenhum procedimento ou contrato relativo à matéria. Que compulsando os autos do Contrato n. 34/2013, verifica-se que o processo foi concluso à análise do atual Presidente, pela primeira vez, em 09/05/2016, a pedido (fl. 351 do Contrato n. 34/2013).

Sendo assim, salienta que somente teve ciência dos fatos ora imputados após o recebimento da citação acerca do conteúdo do Relatório Técnico sobre as Contas Anuais de Gestão do exercício de 2015, quando, então, determinou que lhe fossem remetidos os autos relativos à cessão de espaço ao Banco do Brasil.

Afirma que de posse dos autos - pela primeira vez em toda a gestão -, determinou, imediatamente, a regularização da situação apontada no Relatório de Auditoria, conforme cópia de decisão que instrui a presente resposta.

Nessa senda, crendo na consciência deste Tribunal de Contas de que o gestor público não é dotado de onisciência - e que no caso concreto nunca fora informado sobre a existência, regularidade ou irregularidade das cessões de espaço em questão, requer o afastamento de sua responsabilização.

Pondera que há que se reconhecer que o Contrato de cessão de espaço decorrente da inexigibilidade acima explicitada não restou aperfeiçoado, pois, embora o então Presidente do Tribunal de Justiça tenha assinado o mencionado pacto em 11/09/2013, este somente foi devolvido ao TJMT no dia 08/05/2015, sem a assinatura do representante do Banco do Brasil S.A., em razão daquela empresa ter apresentado objeção quanto a algumas condições contratuais.

Afirma que depois de truncada tramitação interna, a qual será objeto de oportuna apuração de responsabilidade, os autos lhe foram enviados pela primeira vez, a pedido, como já referido, no dia 09/05/2016, tendo o presidente determinado elaboração de nova minuta de contrato e imediata submissão à Assessoria Técnico Jurídica de Licitação, para manifestação quanto às cláusulas contratuais controvertidas. Determinou-se, ainda, a instauração de sindicância investigativa para apuração de responsabilidade funcional.

Entende que, não obstante, ao analisar o nexos de causalidade relativo ao achado 2.1 - Ao deixar de formalizar contrato administrativo, o responsável infringiu à norma legal (art. 62 da Lei 8.666/93) prejudicando a Administração Pública na medida em que esta deixa de possuir ato formal para exigir da permissionária a consecução do objeto contratado pode-se demonstrar que, malgrado o Contrato n. 34/2013 não tenha se perfectibilizado por culpa do Banco cessionário, nenhum prejuízo decorreu deste fato, uma vez que os valores mensais pela utilização dos espaços estão sendo regularmente recolhidos pela instituição financeira.

Assevera que a Informação 507/2015-FAJ e a Certidão n. 10/2016-FAJ, ambas expedidas pela Diretora do Departamento do Funajuris, Ellen Regina Augusta Pradi Radi, comprovam que o Tribunal de Justiça/Funajuris recebeu mensalmente do Banco do Brasil S/A, nos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016, os valores referentes ao

Contrato de Cessão de Uso Oneroso n. 34/2013, para utilização das duas áreas cedidas.

Entende que a contratação, embora não perfectibilizada formalmente por culpa da instituição financeira, teve e está tendo regular execução, atendendo os interesses daqueles que recolhem custas judiciais e, ao mesmo tempo, não causou nenhum prejuízo financeiro ao erário.

Por estas razões, considera que:

- a) Não há conduta comissiva nem omissiva deste Presidente que tenha contribuído para a irregularidade apontada;
- b) Foi realizado regular procedimento de licitação, dispensa ou inexigibilidade para cessão dos espaços;
- c) Foram adotadas as providências necessárias à regularização da formalização do contrato; e
- d) Os valores relativos à utilização dos espaços cedidos foram devidamente recolhidos pela instituição financeira aos cofres públicos.

Dessa forma, requer o afastamento do apontamento.

Constam anexa às páginas 66 a 86 do Malote_Digital_106429_2016_01 (Documento Digital 92624-2016) e às páginas 1 a 110 do Malote_Digital_106429_2016_02 (Documento Digital 92625-2016), a documentação referente ao presente apontamento.

Análise da Defesa

A não formalização de contrato ou instrumento congênere está confirmada.

A dificuldade relatada pelo gestor, de se ter conhecimento sobre todas as coisas que envolvem uma administração pública, também deve ser levada em consideração, porém o gestor deve incumbir sua assessoria de responsabilidades que coíbam a ocorrência de falhas.

A apuração da responsabilidade funcional pela irregularidade, mediante instauração de sindicância, enfatizada pelo Desembargador Presidente, deve ser levada adiante.

Não deve prosperar a argumentação do gestor no sentido de que o apontamento não deve lhe ser imputado, levando-se em consideração que todos os procedimentos, e até mesmo a ocupação dos espaços, teriam sido realizados em gestões anteriores. O gestor ou sua assessoria deveriam estar a par da ausência do contrato e tomar providências para sanar a questão, como está se procedendo no momento.

Houve a ocupação dos espaços pelo Banco no exercício de 2015, objeto da auditoria, e a ocupação não foi embasada em ato formal.

Responsabilidades por atos pretéritos podem ser apuradas em procedimentos internos específicos, o que não exime o atual gestor de responsabilidades por não corrigir falhas advindas de gestores anteriores.

Mantém-se o apontamento.

2.2. Não formalização de contrato com empresa vencedora da Licitação Pregão Eletrônico 20/2015, para fornecimento de combustíveis (art. 62 da Lei Federal 8666/93) (**item 6.4.6.**);

Síntese da Defesa

Afirma o defendente que em nenhum momento o Tribunal de Justiça de Mato Grosso substituiu/substituiu o instrumento do contrato em razão da simples celebração de ata de registro de preços.

Que nas hipóteses em que há imposição legal (art. 62 da Lei n. 8.666/93), a Administração do Tribunal de Justiça sempre busca proceder a celebração de instrumento de contrato.

Assevera que, entretanto, há que se distinguir a figura do “*contrato*”, o qual se aperfeiçoa pela simples existência de relação jurídica independentemente da elaboração de termo, daquela do “*instrumento de contrato*”, na qual a relação jurídica é levada a termo, em documento formal.

Entende que toda aquisição se dá mediante contrato, mas nem para todas as hipóteses a lei exigiu a lavratura de instrumento de contrato, como se observa do *caput* e do parágrafo quarto, do artigo 62 da Lei n. 8.666/93.

Ressalta que no caso em específico, o Edital do Pregão Eletrônico n. 20/2015 não trouxe entre seus anexos minuta de contrato, mas apenas minuta de ata de registro de preços, pois se entendeu naquele momento que a hipótese autorizaria a substituição do instrumento do contrato por “*outros instrumentos hábeis*”, como a nota de empenho.

Assim, após homologado o certame e celebrada a Ata de Registro de Preços n. 50/2015, procedeu-se as aquisições do objeto registrado, substituindo-se o instrumento do contrato por nota de empenho.

Salienta que no Acórdão n. 1.359/2011, do Plenário do TCU, citado no Relatório de Auditoria, foi fator preponderante para o apontamento a circunstância de que no edital daquele certame havia minuta de contrato, a qual não foi adotada, diferentemente do caso em análise em que não havia qualquer minuta aprovada, pois se compreendeu ser hipótese autorizativa de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho.

Pondera que a natureza do objeto analisado pelo TCU (registro de preços para realização de eventos) em muito se difere da simples aquisição de combustíveis, por meio de cartão magnético, sendo que naquele caso realmente seria mais prudente a formalização de instrumento de contrato para disciplinar minuciosamente, dentre outros aspectos, a forma da entrega e execução do objeto.

Argumenta que, com todas as vênias, não se pode cogitar em prejuízo à Administração decorrente da ausência de formalização de instrumento de contrato, pois embora a Ata de Registro de Preços não se preste a substituí-lo, o fornecedor se vincula tanto às regras do Edital, como àquelas da Ata, sendo que em ambos os instrumentos estão fixadas todas as condições da futura aquisição, sendo a consecução do objeto prontamente exigível após e a partir da entrega da correspondente nota de empenho.

Assevera que de todo modo, o Tribunal de Justiça acolhe as ponderações do Relatório Técnico e passará a adotar, tanto em eventual aquisição decorrente da Ata de Registro de Preços n. 50/2015, como nas futuras licitações do mesmo objeto, a formalização de instrumento de contrato, como forma de conferir ainda mais segurança às relações contratuais, embora compreenda ser hipótese em que a lei faculta a substituição deste por instrumentos congêneres, a exemplo da nota de empenho.

Requer por fim, o acolhimento da defesa, com o afastamento do achado em questão.

Constam anexa às páginas 135 a 162 do Malote_Digital_106429_2016_02 (Documento Digital 92625-2016) e às páginas 1 a 152 do Malote_Digital_106429_2016_03 (Documento Digital 92628-2016) a documentação referente ao presente apontamento.

Análise da Defesa

Não procede a defesa apresentada.

Conforme estabelece o *caput* do Artigo 62 da Lei 8666/93, a nota de empenho pode ser utilizada para substituir o instrumento de contrato quando os preços não estejam compreendidos nos limites das modalidades de licitação concorrência e tomada de contas.

O limite de valores para compras e serviços para a licitação na modalidade tomada de preços está compreendido entre R\$ 80.000,00 a R\$ 650.000,00 e para concorrência, acima de R\$ 650.000,00.

O valor total da Ata de Registro de Preços é de R\$ 1.124.015,00 conforme Item 2.2 Planilha Demonstrativa de Preços, da Ata.

Da mesma forma, não se aplica o § 4º do citado artigo, considerando que os combustíveis não são todos entregues de forma imediata. Os combustíveis foram fornecidos ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

O Item 8.1, da Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços 50/2015 previu que os combustíveis seriam entregues de forma fracionada.

Portanto, o instrumento de contrato era obrigatório e não poderia ser substituído por nota de empenho.

Mantém-se o apontamento.

2.3. Não foi formalizado o Termo de Comodato ou instrumento similar, do Veículo Toyota Band. cedido pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente/MT; e do Veículo MMC/Outlander cedido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública/MT (arts. 579 a 585 do Código Civil) **(Item 6.6.1.)**;

Síntese da Defesa

Afirma o Desembargador Presidente que diante das informações prestadas pela Coordenadora de Infraestrutura do Tribunal de Justiça, exsurge que, malgrado exista instrumento contratual formalizando a cessão do Veículo Toyota Bandeirantes pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente/MT ao Tribunal de Justiça, por motivo que não se sabe precisar, não foi apresentado à equipe de Auditoria.

Colhe-se da manifestação da Coordenadora de Infraestrutura:

“O veículo Toyota Bandeirantes, placa JYV 0184, de propriedade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente, foi cedido ao Tribunal de Justiça (Juizado Volante Ambiental - JUVAM), por meio do Termo de Cessão de Uso n. 10/1999, cujas cópias desse e do termo de recebimento seguem em anexo”.

Entende que ainda que assim não fosse, eventual irregularidade não lhe é imputável, tendo em vista que a cessão do veículo em questão tem a sua gênese no longínquo ano de 1999.

No que se refere ao Veículo MMC/Outlander, afirma que diversamente do apontado no Relatório de Auditoria, entende-se que houve instrumento idôneo formalizando a cessão.

O que se deu foi que, face à peculiaridade da situação em que ocorreu a cessão de uso no dia 09/11/2015 - situação emergencial com risco de vida à magistrada - foi instrumentalizada por meio de simples ofício do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (OFÍCIO N° 3331/2015/GAB/SESP).

Relata que da atenta leitura do ofício suso referido, constata-se que, atendendo solicitação urgente da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça, o Secretário de Segurança Pública, Dr. Mauro Zaque de Jesus, serviu-se exatamente o OFÍCIO N° 3331/2015/GAB/SESP.

Para encaminhar o veículo Mitsubishi Motors Company, Outlander 3.0 GT, Placas QBJ 6049, Ano 2014/2015, Cor Branca, Gasolina, em nome de Pamela F. de Assis Cabassa.(...)

O mencionado veículo foi apreendido cautelarmente nos autos n. 555-88.2015.4.01.3601 com a deflagração da Operação "HYBRIS" e, em razão do mesmo ser BLINDADO, foi disponibilizado para usos desta Secretaria de Segurança Pública, o qual neste ato, está sendo entregue a Vossa Excelência, visando auxiliar na segurança dos magistrados deste Tribunal, conforme solicitação.

Importante consignar ainda que as placas que se encontram no veículo OBB 3311 - foram disponibilizadas pelo DETRAN/MT nos termos do artigo 116 da Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), cuja documentação encontra-se em nome da Secretaria de Segurança e tem validade até 28/10/2016, conforme documentação anexa.

Consignamos ainda que foi extraviado o Livrete de Bordo do veículo em questão, no qual são anotadas as revisões e a garantia da fábrica. Assim, recomendamos que este Tribunal de Justiça requeira imediatamente em uma concessionária autorizada outra unidade do citado livrete, uma vez que a próxima revisão deverá ser efetuada até o dia 01 de dezembro de 2015, para que não perca a garantia.

Segue juntamente com o presente ofício os seguintes itens: 01 chave original, documentação completa da blindagem, ordem de serviço n. 109427 da Tauro Motors referente à última revisão, jogo de placas originais, bem como cópia do Laudo Pericial n. 791/2015/SETEC/SR/DPF/MT confeccionado pela Polícia Federal”.

Assevera o Desembargador Presidente que nesse contexto, ao receber o veículo através do OFÍCIO N° 3331/2015/GAB/SESP, na mesma data (09/11/2015) e com urgência, determinou que a Coordenadoria de Infraestrutura documentasse a utilização do veículo pelo Tribunal de Justiça, consoante se infere da decisão com que se instrui a presente defesa.

Entende que não há que se falar em omissão do Presidente em determinar a formalização de documento para a utilização do Veículo MMC/Outlander pelo Tribunal de Justiça.

Afirma que houve, ainda, em momento posterior expediente encaminhado pela Coordenadoria de Infraestrutura, sugerindo a formalização de termo de cessão de uso no veículo Outlander, ocasião em que este gestor determinou que fosse oficiado o cedente (Secretaria de Estado de Segurança Pública), solicitando àquela pasta a elaboração do mencionado instrumento.

Não fosse por isso, como se infere das informações prestadas pela Coordenadora de Infraestrutura, o empréstimo do veículo ao Tribunal deu-se em alto grau de urgência, a fim de auxiliar na segurança de magistrado em risco de vida na Comarca de Cuiabá, uma vez que não havia veículo blindado na frota, bem assim restou inviabilizada uma maior formalização da cessão de uso, pois o veículo não mais se encontra na posse do Tribunal de Justiça. No dia 05/05/2016, por força de liminar deferida pelo Juízo da 1ª Vara Especializada de Direito Bancário da Comarca de Cuiabá houve busca e apreensão do veículo, conforme documentos anexos.

Salienta que o fato de a formalização da cessão ter ocorrido, excepcionalmente, mediante mero ofício da Secretaria Estadual de Segurança Pública não causou nenhum prejuízo à Administração Pública. A título exemplificativo, registra-se que a multa por infração de trânsito que consta no Veículo MMC/Outlander, por ter ocorrido em 05/05/2015, não é de responsabilidade do Tribunal de Justiça, uma vez que, como comprova o OFÍCIO N° 3331/2015/GAB/SESP e a decisão presidencial anexa, ambos datados de 09/11/2015, a cessão do veículo teve como termo inicial o dia 09/11/2015 e como termo final o dia 05/05/2016 (data em que foi cumprido o mandado judicial de busca e apreensão).

Assim, face à inocorrência da omissão apontada ao gestor - porque houve a determinação de formalização da cessão -, bem assim perante as peculiaridades do caso concreto e inexistência de qualquer prejuízo à Administração Pública, requer o afastamento do achado de Auditoria.

Análise da Defesa

Em relação ao Veículo MMC/Outlander, cedido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública/MT, considerando que ocorreu uma situação peculiar, em atendimento a uma situação de emergência, compreendendo risco de vida a uma magistrada, o apontamento pode ser sanado.



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Entretanto, sugere-se que seja recomendado ao gestor que, em casos dessa natureza, proceda a formalização do devido instrumento legal pertinente à cessão de veículos de um órgão para outro.

Quanto ao veículo Toyota Bandeirantes, placa JYV 0184, de propriedade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente, o Desembargador Presidente, com base em informação prestada pela Coordenadoria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça, afirma que o veículo foi cedido por meio do Termo de Cessão de Uso n. 10/1999.

De acordo com o defendente a cópia do referido termo constaria do Anexo V, dos documentos que compõem a defesa.

Manuseando os documentos não foi encontrado o Termo de Cessão de Uso 10/1999, citado.

Sobre a argumentação do defendente, no sentido de que mesmo se não houvesse o Termo de Cessão de Uso, eventual irregularidade não lhe é imputável, tendo em vista que a cessão do veículo em questão tem a sua gênese no longínquo ano de 1999, essa não deve prosperar.

Ao assumir a gestão ou no decorrer da gestão, o administrador e sua assessoria devem tomar conhecimento da situação geral do órgão. No caso específico, deveria ser verificada a situação do veículo cedido por outro órgão e determinada a regularização.

Não obstante não ser encontrado o Termo de Cessão de Uso 10/1999, a Equipe de Auditoria entrou em contato com a Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal de Justiça, que nos encaminhou uma cópia, a qual juntamos às páginas 1 a 5 do Anexo_do_Relatório_Técnico_de_Defesa_24570_2015_01 (Documento Digital 104843-2016).

Evidencia-se que o Termo de Cessão de Uso 10/1999, que teria sido firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente e o Tribunal de Justiça, para a cessão do veículo Toyota Bandeirantes, placa

JYV 0184, não tem data e tampouco assinatura dos proponentes.

Portanto o referido Termo de Cessão de Uso não teria valor legal e, mesmo se tivesse já estaria vencido, pois a Cláusula Quarta do Termo previu que o seu prazo de vigência seria de 02 (dois) anos.

Dessa forma, **o apontamento foi parcialmente sanado**, permanecendo a impropriedade com a seguinte redação:

2.3. Não foi formalizado o Termo de Comodato ou instrumento similar, do Veículo Toyota Bandeirantes cedido pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente/MT (arts. 579 a 585 do Código Civil) **(Item 6.6.1.)**.

3. BB 99. Gestão Patrimonial_Grave_99. Irregularidade referente à Gestão Patrimonial, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010:

3.1. Não foi apresentado estudos comparativos entre a realização de locação e a aquisição de veículos, visando a boa gestão dos recursos públicos, com base no princípio da economicidade **(Item 6.6.2);**

Síntese da Defesa

Afirma o Desembargador Presidente que o apontamento em questão é improcedente, pois a opção da Administração do Tribunal de Justiça pela locação de veículos em detrimento de aquisição foi precedida de estudo de viabilidade elaborado conjuntamente pelas Coordenadorias de Infraestrutura e Planejamento, ainda na gestão anterior, ou seja, no biênio 2013/2014, sob a Presidência do Desembargador Orlando de Almeida Perri.

Assevera que naquele período as Coordenadorias de Infraestrutura e Planejamento, levando em conta todas as composições, como, por exemplo, os custos de procedimentos licitatórios para aquisição, desgaste e depreciação de veículos, custos de seguro, manutenção de frota, tributos em comparação com as despesas decorrentes de eventual locação, concluíram ser mais vantajosa a segunda opção, apresentando ao então gestor deste Tribunal de Justiça estudo de viabilidade.

Assim, nos autos do Processo Administrativo n. 317/2014, posteriormente reautuado como Pregão Eletrônico n. 76/2014, a Administração do Tribunal de Justiça acolheu o estudo realizado conjuntamente pelas Coordenadorias de Infraestrutura e Planejamento, passando a adotar desde então, em regra, a opção pela locação de veículos, em detrimento de aquisições, com exceção dos veículos institucionais, de representação, de serviços ou com características específicas (blindados), para os quais não seria viável a locação.

Sendo assim, a fim de esclarecer a questão apontada no Relatório Técnico, apresenta o Estudo de Viabilidade realizado e a decisão do então Presidente, Desembargador Orlando de Almeida Perri, os quais são os referenciais do Tribunal de Justiça para a locação de veículos.

De acordo com o defendente a cópia do Estudo de Viabilidade de locação de veículos em detrimento de aquisição desses bens permanentes constaria do Anexo VI, dos documentos que compõem a defesa.

Análise da Defesa

Manuseando os documentos juntados à defesa pelo Desembargador Presidente não foi encontrada a cópia do Estudo de Viabilidade de locação de veículos em detrimento de aquisição desses bens permanentes.

A Equipe de Auditoria diligenciou junto à Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal de Justiça, que remeteu uma cópia, a qual foi juntada às páginas 1 a 21 do Anexo_do_Relatório_Técnico_de_Defesa_24570_2015_02 (Documento Digital 104846-2016).

Constata-se que foi realizado o Estudo pelas Coordenadorias de Infraestrutura e de Planejamento.

O Estudo foi encaminhado em 27/05/2014 pela Coordenadoria de Infraestrutura à Presidência do Tribunal de Justiça.

Foram feitas as seguintes ponderações no Estudo:

- A locação de veículos é mais eficiência na projeção de custos, pois seu custo será certo e único através da mensalidade;
- Já na frota própria a soma de fatores influenciam diariamente o custo, tais como: licenciamento e emplacamento, seguros, peças de reposição, pessoal para manutenção, veículo reserva, assistência 24 horas, perdas por roubo/furto/incêndio/colisão e outros;
- Com a locação é mais fácil e ágil dimensionar a frota, uma vez que pode ser aumentada, reduzida, remanejada e substituída de acordo com as necessidades das demandas solicitadas à Divisão de Transportes;
- O veículo poderá ser substituído por outro, sempre mantendo a frota nova e o padrão de qualidade, já que há a possibilidade de padronizar os veículos, por cor, ano e modelo, visando sempre a satisfação e o bem estar do usuários; e
- Por essas razões a administração de frota própria de veículos fica mais onerosa tanto no aspecto financeiro, como no operacional, tendo em vista o tamanho esforço para manutenções e atualizações que estes bens necessitam.

A Coordenadoria de Infraestrutura enfatizou que o estudo da viabilidade da locação foi realizado por meio dos valores já registrados em Atas de Registro de Preço do tribunal de Justiça, os quais já sofreram uma redução, tendo em vista o certame da licitação, enquanto no Termo de Referência foram utilizados preços do mercado, por empresas especializadas do ramo.

O Estudo contém os seguintes documentos:

- Custos com Locação de Veículos;
- Custos com Aquisição de Veículos;
- Resumo da Comparação entre locação e aquisição;
- Custos com manutenção de frota de veículos;
- Custos com renovação da frota de veículos.

Como mencionou o Desembargador Presidente Paulo da Cunha, o procedimento de locação de veículos vem sendo adotado pelo Tribunal de Justiça desde o exercício de 2014, quando o então Presidente Desembargador Orlando de Almeida Perri, aprovou o Estudo Comparativo entre Locação e Aquisição de Veículos, o qual é referência do Tribunal de Justiça para a locação de veículos.

Portanto, apontamento sanado.

Sugere-se que seja recomendado ao gestor para que determine ao Setor competente a juntada de cópia do Estudo Comparativo, em todos os processos referentes à locação de veículos.

Responsáveis: Fiscais de Contratos:

- **Roberto Cyriaco da Silva**
- **Afonso Vitorino Maciel**
- **João Luiz Bettini de Albuquerque Lins**
- **Gérson Luís de Figueiredo**

4. HB 15. Contrato_Grave_15. Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993):

4.1. Evidenciou-se na análise de alguns contratos que os fiscais designados para acompanhar e fiscalizar a execução, não realizaram a tarefa a que foram incumbidos (Item 6.4.4):

4.1.1. Termo de Permissão de Uso 01/2015 - Roberto Cyríaco da Silva – Fiscal do Contrato;

Contextualização

Foi apontado no Relatório Técnico Preliminar que não foram apresentados documentos que comprovem a efetiva fiscalização da execução do Termo de Permissão de Uso 01/2015, como relatórios, planilhas, registros em livros de ocorrência, etc.

Entre outras, as seguintes ocorrências relevantes deveriam ser acompanhadas ou fiscalizadas pelo fiscal do contrato:

- Se os valores mensais a serem pagos pela permissionária, correspondentes ao consumo de energia elétrica e água, estão sendo aferidos pelo Tribunal de Justiça e pagos pela permissionária; e
- Se a permissionária está cumprindo as obrigações estabelecidas na cláusula quinta do Termo de Permissão.

Síntese da Defesa

Afirma o defendente que elaborou relatório pertinente ao cumprimento das obrigações por parte da permissionária.

Menciona o documento 03, anexo às páginas 45 e 46 do Documento_Externo_102229_2016_01 (Documento Digital 87658-16).

O defendente apresenta ainda os seguintes documentos:

1. Recolhimento por intermédio de ARR, referente ao valor do aluguel do espaço, mês de janeiro/2015 (doc. 005);
2. Certidão Negativa da PGE, emitida em 16/03/15 (doc. 006);
3. Certidão de Regularidade do FGTS, com validade no período de 26/03/15 a 24/04/15 (doc. 007);
4. Álvara de Localização de Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal de Cuiabá em 05/02/15 (doc. 008);
5. Cópia de Requerimento de regularização junto à Receita Federal, de 10/04/15 (doc. 009);
6. Relação de Trabalhadores (doc. 010);
7. Documentos pessoais dos representantes da Cooperativa (doc. 011);
8. Atas de Constituição e Autorização do Banco Central (doc. 012);
9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitido pela Justiça em 13/05/15, com validade até 08/11/15 (doc. 013);
10. Certidão Negativa de ações de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, do Cartório Distribuidor da Comarca de Cuiabá, emitida em 14/04/2015 (doc. 014);
11. Requerimento de sua substituição da função de fiscal de contrato, com data de 21/01/16 (doc. 015);

Entende o defendente que os itens da cláusula quinta do contrato foram cumpridas e que não foram adotados livros e outras providências porque não estavam previstas no contrato.

Assevera que foram formalizadas comunicações para a permissionária e que todos os valores relativos aos custos com água e energia elétrica foram recolhidos (documento 17, anexo às páginas 210 e 223 do Documento_Externo_102229_2016_01 (Documento Digital 87658-2016)).

Alega que usufruiu férias nos períodos de 07/07/15 a 24/07/15; 19/08/15 a 07/09/15; 05/10/15 a 31/12/15 e devido a esse fato não atuou de maneira mais efetiva.

Afirma que sempre buscou garantir a perfeita execução dos termos avençados, alcançando com isso a não ocorrência de prejuízo ao Poder Judiciário.

Análise da Defesa

A adoção de relatórios, planilhas, registros em livros de ocorrência, etc. pelo fiscal de contrato não precisa estar prevista em contrato. Essas providências estão estabelecidas no artigo 67 da Lei 8666/93.

A Cláusula Quinta do Termo de Permissão de Uso 01/2015 trata das obrigações da permissionária.

Os documentos apresentados pelo defendente não comprovam que as obrigações foram cumpridas.

Da mesma forma, os documentos anexos às páginas 210 e 223 do Documento_Externo_102229_2016_01 (Documento Digital 87658-2016) não comprovam que os valores mensais a serem pagos pela permissionária, correspondentes ao consumo de energia elétrica e água, estão sendo aferidos pelo Tribunal de Justiça e pagos pela permissionária.

Essa comprovação seria efetivada com a apresentação das faturas de água e de energia elétrica com seus respectivos comprovantes de recolhimentos.

Portanto mantém-se o apontamento.

4.1.2. Contrato 45/2015 – Afonso Vitorino Maciel – Fiscal do Contrato;

Contextualização

O Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada em consultoria para auxiliar o TJ na modernização de sua gestão com a reestruturação dos principais processos e arquiteturas organizacionais.

Foi contratada a empresa Instituto de Desenvolvimento Gerencial.

Foi relatada pela Equipe de Auditoria que não constavam do processo registros de ocorrências relacionadas à execução do contrato e/ou Relatório do Fiscal do Contrato, acerca da conformidade dos serviços executados.

Conforme manifestação de defesa apresentada pelo Desembargador Presidente Paulo da Cunha, mediante Malote_Digital_106429_2016_01 (Documento Digital 02624–2016), o apontamento foi atribuído ao servidor João Luiz Bettini de Albuquerque Lins, apontado como fiscal do contrato. Contudo, há equívoco neste aspecto, pois o Contrato n. 45/2015 é fiscalizado pelos servidores Afonso Vitorino Maciel (Fiscal e Coordenador de Planejamento) e Flávio de Paiva Pinto (Fiscal substituto).

De acordo com o Desembargador Presidente, os servidores Afonso Vitorino Maciel e Flávio de Paiva Pinto, fiscais do Contrato n. 45/2015, foram cientificados do mencionado apontamento e apresentariam a defesa que lhes compete.

Inobstante o equívoco da Equipe de Auditoria, o servidor Afonso Vitorino Maciel apresentou manifestação de defesa que analisaremos na sequência.

Síntese da Defesa

O servidor Afonso Vitorino Maciel registra primeiramente que é o fiscal designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato n. 45/2015.

Relata que a empresa contratada para executar os trabalhos de consultoria iniciou os trabalhos em 13/10/2015, com apresentação da equipe para a Administração e demais envolvidos nos processos. Na sequência, a empresa realizou reuniões setorizadas com todas as áreas ligadas ao projeto, com acompanhamento semanal.

De início foi apresentada a reestruturação organizacional e de processos (ROP) a ser implementada no Tribunal de Justiça, como um projeto de melhoria das características de uma organização, processos, estrutura organizacional, tecnologia e pessoas, com objetivo de melhorar seu desempenho.

A ferramenta utilizada é o PDCA - Planejamento (*Plan*), Execução (*Do*), Controle e Captura (*Check*) e Ações Corretivas (*Act*), seguindo as seguintes etapas:

1. Identificação do problema: cada processo priorizado deve ser analisado frente à sua função, e assim identificar possível(eis) problema(s) em sua execução;
2. Mapeamento da situação atual dos processos: durante esta etapa, são verificadas as interfaces com as demais áreas, o passo-a-passo das atividades, identificando as oportunidades de melhoria entre elas. Uma vez concluída esta fase, o material é validado e a visão de futuro definida;
3. Mapeamento da situação atual da estrutura: durante esta etapa, são confrontadas a estrutura formal e a estrutura real das áreas, o quantitativo de pessoal envolvido em cada uma delas, assim como a força de tempo empregada na execução das atividades;
4. Reprojeto e padronização dos processos: já nesta etapa são propostas sugestões de melhoria de forma a atender aos problemas identificados e as metas negociadas, gerando assim um novo processo redesenhado;
5. Adaptação da estrutura aos processos reprojutados: e por fim, uma nova estrutura será proposta frente ao processo reprojutado, contemplando o dimensionamento de pessoal necessário para executar as novas atividades;
6. Elaboração do plano integrado de implantação: toda a reestruturação de processos e organizacional formarão um plano de ação consolidado cuja execução será acompanhada assim como o cumprimento dos indicadores de desempenho definidos;

7. Execução do plano integrado de implantação: as áreas passam a executar o plano de reestruturação do processo;
8. Acompanhamento dos resultados e da implantação de processos e estrutura: periodicamente cada processo deve ser acompanhado a fim de garantir que seu reprojeto esteja sendo implantado conforme planejado. Para isso é necessária a definição de uma estrutura de governança; e
9. Tratamento de desvios: tem como finalidade minimizar o impacto dos desvios das condições normais de operação de um processo.

Na Gestão do Processo Eletrônico PJe, primeiramente classificado como projeto e posteriormente elevado à categoria de Programa Estratégico, está sendo implementada uma estrutura matricial de gestão, para facilitar a execução e acompanhamento dos projetos que se complementam. Para tanto, aplica-se a metodologia de gerenciamento de projetos nos 7 projetos específicos que compõem o Programa, sendo: Desenvolvimento de TI; Gestão da Comunicação; Estruturas Organizacionais; Gestão de Infraestrutura; Gestão da Rotina Operacional; Estruturação do Fluxo dos Processos Judiciais; e Gestão da Capacitação.

Para o melhor andamento do PJe foi desenvolvida a sistemática de controle e captura de resultados de acordo com o nível de trabalho.

Assim, todas as oportunidades de melhoria, tanto na reestruturação de processos, quanto na reestruturação organizacional formarão um plano de ação consolidado cuja execução será acompanhada com o estabelecimento de indicadores de desempenho.

Ressalta que desde o início da execução do contrato, o fiscal vem acompanhando as ações desempenhadas pela consultoria, junto com a equipe designada pela área de planejamento, inclusive com reuniões mensais em conjunto com a Alta Administração, sendo a primeira realizada em 18/11/2015, com a presença do Presidente, dos líderes e responsáveis de cada processo e assessoria da presidência, com apoio da Consultoria Falconi.

As demais reuniões com a Alta Administração seguiram a mesma composição, sendo realizadas nos meses de dezembro/2015, fevereiro/2016, março/2016 e abril/2016.

Informa que as notas fiscais para pagamento dos serviços executados pela empresa Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (Consultoria Falconi) foram encaminhadas ao Departamento do Funajuris, devidamente atestadas, com os relatórios que comprovam a execução dos serviços conforme os marcos de entrega (etapas de trabalho/produtos) previstos no contrato e dos documentos de regularidade fiscal da empresa.

Afirma que os serviços estão sendo realizados conforme cronograma físico-financeiro constante no Contrato n. 45/2015 e os pagamentos realizados mediante apresentação dos documentos de regularidade fiscal e relatórios periódicos.

Argumenta que de fato, o que ocorreu, como demonstrado *alhures*, foi que toda a documentação que comprova o acompanhamento e a execução do contrato, observando-se os marcos de entrega em cada uma das etapas do trabalho, inicialmente seguiram como substrato das notas fiscais encaminhadas para pagamento, com os devidos atestes e regularidade fiscal. Contudo, após a fase de liquidação as cópias dos expedientes não foram acostadas aos autos do contrato.

De acordo com o defendente, os documentos anexos a sua defesa demonstram o acompanhamento de todas as ações realizadas pela consultoria, com o registro das reuniões realizadas com os diversos grupos de trabalho, bem como as reuniões deliberativas realizadas com todos os líderes de projetos.

Volta a afirmar que a empresa contratada vem prestando os serviços de acordo com as especificações do objeto nos prazos estipulados e de maneira satisfatória.

O defendente apresenta vasta documentação pertinentes a sua manifestação de defesa.

Análise da Defesa

Importante registrar que por ocasião da inspeção *in loco* a Equipe de Auditoria, ao manusear o processo referente ao contrato em análise, não constatou registros de ocorrências relacionadas à execução do contrato e/ou Relatório do Fiscal do Contrato, acerca da conformidade dos serviços executados.

Esse fato é corroborado desta feita pelo defendente.

Nesta oportunidade o defendente apresenta os documentos que comprovam que a sua função de fiscal do contrato vem sendo desempenhada a contento.

Foram apresentados Planos do Projeto; Cronograma de execução do Projeto; Lista de Presença nos eventos relativos ao Projeto; Materiais didáticos relativos ao lançamento e acompanhamento do Projeto; Atas das reuniões; notas fiscais emitidas pela empresa contratada; certidões de regularidade da empresa contratada; entre outros documentos.

Evidencia-se que a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato está sendo realizada de maneira eficiente.

Portanto, sana-se o apontamento.

Oportunamente sugere-se que os fiscais de contratos emitam relatórios sobre o acompanhamento e fiscalização dos contratos e encaminhem ao Setor competente para juntada ao processo referente ao respectivo contrato.

Não há necessidade de juntada de toda documentação relativa ao acompanhamento, apenas o relatório contendo os principais registros pertinentes.

4.1.3. Contrato 50/2015 - João Luiz Bettini de Albuquerque Lins – Fiscal do Contrato;

Síntese da Defesa

Em síntese o defendente justifica e esclarece que não foram apresentados relatórios sobre a execução do contrato porque o seu objeto ainda não fora executado.

Afirma que para fins de acompanhamento e fiscalização, como expressou o legislador no art. 67 da Lei nº 8.666/93, o fiscal do contrato está atento, todavia, a contratação do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP foi concluída no dia 10/11/2015 e nesse período a Escola estava cuidando de encerrar suas atividades do exercício 2015.

Estava sendo finalizado o Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Mato Grosso, que teve um público alvo de 26 Juizes Substitutos, em 882 horas aula de capacitação, no período compreendido entre 13 de julho a 11 de dezembro de 2015.

Pondera que enquanto o Contrato nº 50/2015 estava sendo ultimado, a Escola estava em plena atividade, ao assumir grande parcela dos eventos da 7ª Conferência Internacional do Judiciário, realizada no período de 08 a 12 de novembro de 2015, em Recife-PE.

Logo após o recebimento do email da Divisão de Contratos, foi levado a efeito, nas dependências da Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso - ESMAGIS, o curso de Recuperação Judicial de Empresas, ocorrido nos dias 16 e 17 de novembro de 2015, para um público de 45 Magistrados.

Ainda no mês de novembro de 2015, mais precisamente nos dias 27 e 28 foi realizada a IX Jornada de Estudos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, na Comarca de Rondonópolis, com a participação de Magistrados dos polos judiciais de Rondonópolis, Primavera do Leste e Comarcas circunvizinhas.

Por derradeiro, no dia 11 de dezembro de 2015 foi realizada a reunião de encerramento do Conselho Consultivo da ESMAGIS, ocasião em que foram debatidos e analisados os cursos realizados durante o exercício, bem como propostos novos cursos e atividades como um todo, para o próximo exercício que teria início dali a poucos dias.

Argumenta que o exercício de 2015 estava por expirar, haja vista que o recesso das atividades teve início no dia 19 de dezembro e o último dia útil foi em 18/12/2015.

Ressalta que no início do exercício de 2016 foram realizadas inúmeras capacitações, a saber:

- Reunião ordinária do Grupo de Estudos da Magistratura de Mato Grosso, instituído pela Portaria Conjunta nº 001/2014, realizada em 11 de março de 2016;
- Curso de formação inicial e curso de formação continuada em Improbidade Administrativa, realizado nos dias 04 e 05 de abril de 2016, promovido pela FGV;
- Módulo do curso de pós graduação MÉA em Poder Judiciário (1º módulo da 4ª turma), promovido pela FGV sob o tema "Metodologia e Técnicas de Pesquisa", nos dias 01 e 02 de abril de 2016;
- Módulo do curso de pós graduação MBA em Poder Judiciário (2º módulo da 4ª turma), promovido pela FGV sob o tema "Ética e Serviço Público", nos dias 15 e 16 de abril de 2016;
- Curso de formação inicial e curso de formação continuada em Responsabilidade Civil, realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2016, promovido pela FGV;
- X Jornada de Estudos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, na Comarca de Tangará da Serra, realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2016, com a participação de Magistrados dos polos judiciais de Tangará da Serra, Diamantino e Comarcas circunvizinhas.

Esclarece que o orçamento do Poder Judiciário e, acredita-se, de todos os Poderes e Órgãos somente foi liberado no final do mês de fevereiro de 2016, razão pela qual as atividades não poderiam ser executadas durante os dois meses iniciais do ano.



Secretaria de Controle Externo
Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fis.
Rub.

Ressalta que o Contrato 50/2015, objeto deste questionamento, ainda não teve sua execução iniciada, mas terá brevemente e depois haverá uma paralisação durante o período eleitoral, em que esta Escola não oferecerá cursos, pois os Magistrados não poderão se ausentar das suas Comarcas/Varas Judiciais para assistir as aulas, pela urgência que a matéria eleitoral requer de cada um deles.

Afirma que nunca deixou de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e tampouco foi sua intenção fazê-lo.

Análise da Defesa

Houve por parte da gestão administrativa do Poder Judiciário falha no planejamento para a contratação e respectiva execução do contrato.

O contrato fora assinado em 27/10/15, entretanto ainda não teve início a execução do seu objeto.

No que pertine ao fiscal do contrato evidencia-se que não há falhas a serem apontadas.

Evidencia-se que o Sr. João Luiz Bettini de Albuquerque Lins possui vasta documentação referente ao contrato.

Portanto o apontamento deve ser sanado.

Salienta-se que por ocasião do manuseio do processo referente ao contrato não fora encontrada nenhum documento ou manifestação do fiscal do contrato sobre a não execução do seu objeto.

4.1.4. Contrato 54/2015 - Gérson Luís de Figueiredo – Fiscal do Contrato.

Síntese da Defesa

Argumenta o defendente que sempre atuou com zelo, eficiência, acompanhando todos os serviços a serem executados que estavam intrinsecamente ligados ao mesmo, tais como: acompanhamento de abastecimento, limpeza, controle de multas, solicitação de revisão, etc. No caso de abastecimento, eram efetuados através do sistema eletrônico da Saga News, que dispõe de controle de KM, Média de Consumo, Cadastro de Condutor e do Veículo, entre outros.

Afirma que esses dados ficam cadastrado no Banco de Dados do Sistema Saga News, não havendo necessidade de ser inserido nos autos do contrato 54/2015, pois não faz parte deste contrato e sim do Contrato com a Gerenciadora de Cartão Saga News.

Quanto às justificativas apresentadas no Termo de Referência, entende o defendente que estes não precisam ser assinados e/ou atestados pelo fiscal do Contrato, pois a elaboração é parte técnica jurídica, não havendo participação do fiscal nessa fase.

Argumenta que a área demandante, neste caso, a Divisão de Transportes somente faz a logística, indicando a necessidade dos serviços a serem contratados, cabendo à área técnica a formalização do Termo de Referência, de acordo com a solicitação da área, não havendo a necessidade de o fiscal em atestar ou aprovar o Termo de Referência.

Informa ainda, que a empresa Contratada sempre atendeu com presteza e zelo, todas as solicitações da área demandante, quando havia alguma solicitação para substituição de veículos, para manutenção preventiva/corretiva, sempre atendeu dentro dos prazos fixados.

Conclui afirmando que durante todo o período em que esteve à frente da fiscalização do Contrato 54/2015, não foi detectada nenhuma circunstância que viesse a desabonar a sua conduta, e como afirmado anteriormente, a empresa contratada sempre prestou serviços satisfatórios, tudo conforme estabelecido no Termo de Referência, não podendo se falar em omissão, desídia ou qualquer falha na fiscalização do referido contrato, conforme documentos juntados que demonstram claramente estes fatos.

Análise da Defesa

No Relatório Preliminar de Auditoria foi registrado que não constam do processo relativo ao Contrato 54/2015, registros de ocorrências relacionadas à execução do contrato e/ou Relatório do Fiscal do Contrato, acerca da conformidade dos serviços executados.

Foi relatado que as justificativas apresentadas no Termo de Referência deveriam ser atestadas ou não pelo fiscal do contrato.

As justificativas para a locação dos veículos constantes do Termo de Referência foram:

- 2.1. melhoria do desempenho das atividades administrativas e continuidade da realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares;
- 2.2. Frota própria não dispõe de veículos suficientes;
- 2.3. Garantia de transporte mais seguro e eficiente, na medida em que os veículos a serem locados são novos, além da redução do custo de manutenção da frota própria, licenciamento, emplacamento, seguro e substituição de veículos avariados, resultando em economia, eficiência e agilidade na disponibilização de veículos.

Essas justificativas, além de outras estabelecidas no contrato, é que deveriam ser atestadas ou não pelo fiscal do contrato.

A função essencial do fiscal é acompanhar a correta execução do contrato, se o objeto e os prazos vem sendo cumprido conforme estabelecido no ato da contratação. A fiscalização refere-se ao acompanhamento específico da execução do contrato, com suas peculiaridades que só quem está próximo pode examinar.

O dever de fiscalização impõe ao fiscal do contrato a obrigação de anotar em registro próprio, os incidentes relacionados com a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Não foram apresentados documentos que comprovem a efetiva fiscalização da execução do Contrato 54/2015, como relatórios, planilhas, registros em livros de ocorrência, etc.

Mantém-se o apontamento.

Responsável: Gerson Luis de Figueiredo - Chefe da Divisão de Transportes

5. BB 99. Gestão Patrimonial_Grave_99. Irregularidade referente à Gestão Patrimonial, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010:

5.1. Constatou-se a existência de infrações de trânsito no valor total de R\$ 3.511,58 (Item 6.6.3).

O responsável Gerson Luís de Figueiredo, Chefe da Divisão de Transportes, se manifesta acerca da situação de cada veículo apontado no Relatório Preliminar de Auditoria.

A Equipe de Auditoria analisará cada manifestação apresentada.



Secretaria de Controle Externo
Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fis.
Rub.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
MMC/Outlander	QBJ6049	1019714333	Avançar sinal vermelho	Prefeitura Municipal Cuiabá	191,54

Síntese da Defesa

Assevera o defendente que o veículo foi cedido ao Tribunal de Justiça, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, sendo que a infração já existia quando foi colocado à disposição do Tribunal de Justiça.

Informa ainda, que o veículo já foi devolvido, conforme termo de devolução anexo.

Análise da Defesa

Assiste razão ao defendente. A multa ocorreu no dia 05/05/2015, não sendo de responsabilidade do Tribunal de Justiça, uma vez que a cessão do veículo pela Secretaria de Estado de Segurança Pública teve como termo inicial o dia 09/11/2015.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Renault/Fluence	NPJ6621	638478006	Avançar sinal vermelho	Prefeitura Municipal Cuiabá	191,54

Síntese da Defesa

Afirma o defendente que a multa no valor de R\$191,54 foi devidamente quitada, conforme comprovante anexo.

Análise da Defesa

A situação foi confirmada no site www.detran.mt.gov.br



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Nissan/March	QBX8175	1056690701	Velocidade superior à permitida	Prefeitura Municipal Cuiabá	85,13
Nissan/March	QBX8175	1056690701	Estacionar em local proibido	Prefeitura Municipal Cuiabá	127,69

Síntese da Defesa

De acordo com o defendente, o veículo está à disposição do Fórum da Capital, com procedimento para identificação do condutor e após o devido pagamento das multas.

Análise da Defesa

Em consulta ao site www.detran.mt.gov.br evidencia-se que as multas foram recolhidas, constando a informação de que não há nenhum débito de multas.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Nissan/March	QBS7396	1058982106	Velocidade superior à permitida	DNIT	127,69
Nissan/March	QBS7396	1058982106	Velocidade superior à permitida	Prefeitura Municipal Cuiabá	85,13

Síntese da Defesa

De acordo com o defendente, o veículo está à disposição do Fórum da Capital, com procedimento para identificação do condutor e após o devido pagamento das multas.

Análise da Defesa

Em consulta ao site www.detran.mt.gov.br evidencia-se nesta data, 07/06/2016, que as multas ainda não foram recolhidas.



Secretaria de Controle Externo
Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fis.
Rub.

O responsável Gérson Luís de Figueiredo, Chefe da Divisão de Transportes deve adotar as providências para o adimplemento das multas de trânsito.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Chevrolet/S10	QBS4635	1054652675	Velocidade superior à permitida	DNIT	85,13

Síntese da Defesa

Afirma o defendente que o veículo encontrava-se à disposição da Divisão de Transportes, para uso exclusivo a serviço do Poder Judiciário (Viagem), tendo apresentado problemas mecânicos, foi devolvida à empresa contratada para efetuar os reparos necessários, tendo sido registrada a infração no dia/hora em que se encontrava em teste, conforme declaração em anexo.

Análise da Defesa

Constam às páginas 23 a 26, do Malote_Digital_112399_2016_01 (Documento Digital 97599-2016), documentos que comprovam os fatos narrados pelo defendente.

Mediante e-mail, a empresa Kawasaki Veículos proprietária do veículo locado para o Tribunal de Justiça, confirma que o veículo estava em sua posse na data da ocorrência da multa.



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581

e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT

Fis.

Rub.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Chevrolet/S10	QBS4595	1054652659	Velocidade superior à permitida	DNIT	85,13

Síntese da Defesa

De acordo com o defendente foi identificado como condutor do veículo o Sr. Jorge Lopes Gonçalves, colaborador da empresa Liderança, que já foi notificada e providenciou a quitação da multa.

Análise da Defesa

Em consulta ao site www.detran.mt.gov.br evidencia-se que procede a defesa apresentada, pois nesta data, 07/06/2016, não constam débitos de multas para o veículo.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Chevrolet/S10	QBS3575	1054652683	Velocidade superior à permitida	DNIT	574,63
Chevrolet/S10	QBS3575	1054652683	Velocidade superior à permitida	DNIT	85,13
Chevrolet/S10	QBS3575	1054652683	Velocidade superior à permitida	DNIT	85,13
Chevrolet/S10	QBS3575	1054652683	Ultrapassar pela contramão	Polícia Rodoviária Federal	957,7

Síntese da Defesa

Afirma o defendente que as multas foram recolhidas.

Análise da Defesa

Em consulta ao site www.detran.mt.gov.br evidencia-se que procede a defesa apresentada, pois nesta data, 07/06/2016, não constam débitos de multas para o veículo.

Veículo	Placa	Renavan	Infração	Órgão	Valor do Débito (RS)
Celta/S10	QBN4497	1026452128	Velocidade superior à permitida	DNIT	127,69
Celta/S10	QBN4497	1026452128	Velocidade superior à permitida	DNIT	127,69
Celta/S10	QBN4497	1026452128	Velocidade superior à permitida	DNIT	574,63

Síntese da Defesa

O defendente inicialmente corrige a informação do Relatório Técnico Preliminar, confirmando que não se trata de veículo tipo S10 e sim Celta.

Afirma que as infrações apontadas são de responsabilidade da empresa Cunha Queiroz e Garofalo Ltda EPP, contratada para locação do veículo.

Informa que quando o veículo foi locado para o Tribunal de Justiça, as multas já existiam e, por isso, são de responsabilidade da empresa contratada.

Acrescenta que o cadastramento do veículo junto ao Sistema Saga News ocorreu no dia 26/08/2015, portanto as multas aconteceram antes da locação dos veículos.

Análise da Defesa

As multas ocorreram nos dias 05/01/2015, 18/01/15 e 02/06/15, conforme levantamento no site www.detran.mt.gov.br.

De acordo com documento apresentado na página 32 do Malote_Digital_112399_2016_01 (Documento Digital 97599-2016), a data do cadastro do veículo no Sistema de Gestão de Frotas do Tribunal de Justiça ocorreu em 26/08/2016.

Recomenda-se que a Divisão de Transportes, a exemplo do que ocorreu com a situação do veículo Chevrolet/S10, placa QBS 4635, formalize junto à empresa locadora do veículo, documento comprobatório da situação evidenciada.

Registra-se que acerca de procedimento de controle sobre as multas de trânsito referentes aos veículos do Tribunal de Justiça, o Desembargador Presidente Paulo da Cunha se manifesta mediante Malote_Digital_106429_2016_01 (Documento Digital 92624-2016).

Pondera o Desembargador Presidente que embora não se aponte a ele qualquer responsabilidade pelas infrações de trânsito identificadas em veículos utilizados pelo Tribunal de Justiça e, sem prejuízo da defesa a ser apresentada pelo servidor apontado como responsável, convém destacar que a Coordenadoria de Infraestrutura, por meio da Divisão de Transportes, exerce regular controle sobre a questão, adotando as medidas necessárias ao adimplemento das mesmas.

Informa que tratando-se de infração de trânsito cometida por motoristas terceirizados, a unidade responsável promove a notificação da empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda., para que, nos termos do Contrato n. 104/2014, realize o seu adimplemento.

Na hipótese de a infração de trânsito ser de responsabilidade de motorista que integre o quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário, o mesmo é notificado para a realização do pagamento da multa de trânsito.

Nos casos concretos identificados no Relatório Técnico de auditoria, a Coordenadoria de Infraestrutura apresentou informação ao Presidente, narrando as providências adotadas para o adimplemento das multas de trânsito.

Constam anexos às páginas do Malote_Digital_106429_2016_02 (Documento Digital 92625-2016), a documentação referente ao presente apontamento.

Recomendações/Determinações

A Equipe de Auditoria, com intuito de contribuir a gestão do Tribunal de Justiça, sugere que sejam apresentadas as seguintes recomendações/determinações:

- Formalize com outros órgãos a cessão ou recebimento de equipamentos e materiais permanentes, mediante Termo de Comodato ou instrumento similar;
- Formalize com o Banco do Brasil, mediante contrato ou instrumento congênere, a cessão de espaços para instalação de posto bancário;
- Somente substitua o instrumento de contrato por outro instrumento, nos casos de exceção previstos no artigo 62 da Lei 8666/93;
- Que os fiscais de contratos emitam relatórios sobre o acompanhamento e fiscalização dos contratos e encaminhem ao Setor competente para juntada ao processo referente ao respectivo contrato; e
- Que a Divisão de Transportes aperfeiçoe o controle de acompanhamento e responsabilização sobre aplicação de multas de trânsito.

Conclusão

Após análise dos documentos e argumentos de defesa apresentados, a Equipe de Auditoria conclui que foram **sanados os apontamentos dos Itens 1.1; 1.2; 3.1; 4.1.2; 4.1.3; e 5.1, sanado parcialmente o apontamento do Item 2.3,** permanecendo as demais irregularidades, conforme elencadas a seguir.

Responsável: Desembargador Paulo da Cunha - Presidente

2. HB 99. Contrato_Grave_99. Irregularidades referentes à Contrato, não contempladas em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010.

2.1. Não formalização de contrato ou instrumento congênere, referente à cessão de

02 espaços para o Banco do Brasil, um na sede do Órgão e outro no Fórum da Capital, para instalação de posto bancário com escopo de recebimento de custas processuais (art. 62 da Lei Federal 8666/93) **(Item 6.4.5.)**;

2.2. Não formalização de contrato com empresa Marmeleiro Auto Posto Ltda., vencedora da Licitação Pregão Eletrônico 20/2015, para fornecimento de combustíveis (art. 62 da Lei Federal 8666/93) (item 6.4.6.);

2.3. Não foi formalizado o Termo de Comodato ou instrumento similar, do Veículo Toyota Bandeirantes cedido pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente/MT (arts. 579 a 585 do Código Civil) **(Item 6.6.1.)**;

Responsáveis:

Roberto Cyriaco da Silva - Fiscal de Contrato

Gérson Luís de Figueiredo – Fiscal do Contrato

4. HB 15. Contrato_Grave_15. Ineficiência no acompanhamento e fiscalização da execução contratual pelo representante da Administração especialmente designado (art. 67 da Lei 8.666/1993):

4.1. Evidenciou-se na análise de alguns contratos que os fiscais designados para acompanhar e fiscalizar a execução, não realizaram a tarefa a que foram incumbidos **(Item 6.4.4):**

4.1.1. Termo de Permissão de Uso 01/2015 - Roberto Cyriaco da Silva – Fiscal do Contrato;

4.1.4. Contrato 54/2015 - Gérson Luís de Figueiredo – Fiscal do Contrato.



Secretaria de Controle Externo
Conselheiro Sérgio Ricardo
Telefone: 3613-7584 / 7586 / 7581
e-mail: secex-conselheirosergioricardo@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fis.
Rub.

É o relatório decorrente da análise da defesa referente às Contas Anuais de Gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, exercício 2015, apresentada pelos responsáveis devidamente citados.

Secretaria de Controle Externo da Quinta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 13 de junho de 2016.

Oziel Martins da Silva
Auditor Público Externo
Assinatura Digital

Eliane Silvia Grisólia
Técnico de Controle Público Externo
Assinatura Digital